



**XXII SNPTTE
SEMINÁRIO NACIONAL
DE PRODUÇÃO E
TRANSMISSÃO DE
ENERGIA ELÉTRICA**

BR/GET/30
13 a 16 de Outubro de 2013
Brasília - DF

GRUPO - XIV

GRUPO DE ESTUDO DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA E GESTÃO DA TECNOLOGIA, DA INOVAÇÃO E DA EDUCAÇÃO – GET

REGIME TRIBUTÁRIO FAVORÁVEL À INOVAÇÃO TECNOLÓGICA NAS EMPRESAS E SEUS IMPACTOS NA ELETRONORTE

**Neusa Maria Lobato Rodrigues
ELETROBRAS ELETRONORTE**

RESUMO

O Presente trabalho tem como objetivo apresentar os principais mecanismos de fomento às atividades de Inovação em nosso país, destacando a Lei 11.196/2005, “Lei do Bem”, avaliando sua utilização e impactos na Eletronorte.

Os governos podem escolher várias ferramentas para alavancar a inovação no país, uma delas, é a combinação de políticas públicas que resulta num financiamento direto, versus financiamento indireto.

Financiamento Direto=Subvenção Econômica, aplicação dos recursos públicos não reembolsáveis diretamente em empresas que desenvolvam projetos de inovação estratégicos, compartilhando os custos e os riscos.

Financiamento Indireto=Incentivos Fiscais, concessão de benefícios tributários para o desenvolvimento de projetos de inovação tecnológica.

PALAVRAS-CHAVE

Lei do Bem, Incentivos Fiscais, Subvenção Econômica, Inovação Tecnológica, Fomento a Inovação.

1.0 - INTRODUÇÃO

O Brasil diante do processo de globalização enfrenta inúmeros desafios que estão relacionados diretamente a inovação. Sem dúvida que com o vigoroso processo de transformação de base tecnológica em curso, promovido principalmente pela abertura de sua estrutura produtiva à competição internacional a revisão do papel das empresas no mercado, torna-se imperioso analisar modelos e formas de gestão empregadas pelas empresas atuantes no Brasil e as formas de fomento a inovação. Hoje temos acessos a diversas pesquisas, como por exemplo, a realizada pela Pesquisa de Inovação Tecnológica -Pintec, que retratam o mercado brasileiro do ponto de vista da inovação tecnológica. Mas o que estes números nos dizem? Qual a relação da gestão com a inovação tecnológica? Qual o cenário da inovação tecnológica nas empresas brasileiras? Qual o cenário de mecanismos de fomento ao P&D e a inovação?

Investir em inovação e tecnologia, tem se tornado cada vez mais frequente devido a uma série de estímulos financeiros, incluindo incentivos fiscais, linhas de crédito específicas, recursos reembolsáveis e não reembolsáveis, redução de juros nos empréstimos e subvenção para a contratação de pesquisadores, leis que impõem a aplicação de recursos para a P&D+I, como a 9.991/2000, obrigando as empresas do setor elétrico a aplicarem no mínimo 1% da Receita Operacional Líquida- ROL, entre outros. O objetivo das ações integradas do governo federal e de órgãos governamentais nos Estados com agências de fomento e grupos financeiros é assegurar que o conhecimento de ciência e tecnologia produzido no Brasil não fique restrito a centros de pesquisa e universidades e possa se transformar em riquezas para o País, sendo desenvolvido em empresas.

O esforço tecnológico possui várias dimensões críticas e ao analisar a origem e a natureza das inovações, muitos autores concluem que as inovações transformam não apenas a economia, mas afetam profundamente toda a sociedade. Elas modificam a realidade econômica e social, além de aumentarem a capacidade de acumulação de riqueza e geração de renda.

2.0 - CENÁRIO DA INOVAÇÃO

Para descrever um cenário de inovação no Brasil, é necessário que seja colocado a questão dos gastos com P&D em relação ao Produto Interno Bruto-PIB, onde comparado a outros países desenvolvidos e emergentes, ano base 2008, ocupa a 13ª posição, ficando a frente apenas da Rússia, Argentina e México, figura 1.

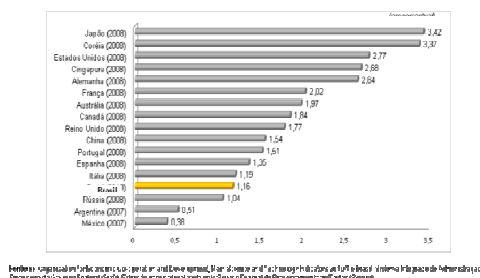


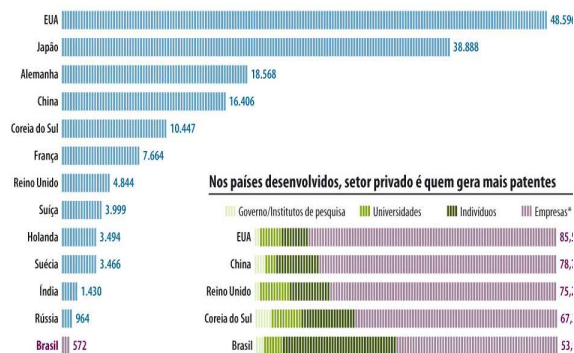
Figura 1 - Gastos com P&D

Ressalta-se nesse contexto os investimentos empresariais em P&D do setor de eletrônicos, cujos valores de investimento estão muito aquém de países como a Coreia do Sul. A Pesquisa de Inovação Tecnológica do IBGE-Pintec a partir de 2009 enquadra as empresas de energia elétrica no setor de eletrônicos, com certeza estes gastos cresceram a partir da Lei 9.991/2000, porém ainda está longe de chegar no ideal. O que se busca é inovação e nem sempre a pesquisa chega ao final da cadeia. O simples fato da obrigatoriedade da Lei 9.991/2000, para aplicação em P&D pelas empresas do setor elétrico não quer dizer que a inovação crescerá no setor, porém já é um começo, entretanto é preciso que todos se conscientizem para esse fim, inclusive as Instituições de Pesquisas - ICTs, onde estas ainda possuem uma cultura muito grande de produzir artigos sem se preocuparem com a questão da confidencialidade. O Brasil é um dos maiores exportadores de *papers*, porém não se observa essa proporcionalidade com relação à inovação.

Um dos indicadores utilizados para se medir a inovação é o número de patentes, porém este por si só não quer dizer muita coisa, pois se esta não chegar ao mercado, não foi inovação, apenas uma invenção, entretanto já é uma sinalização sobre a busca pela inovação. Quando comparamos o Brasil com o Grupo do G8 (Estados Unidos, Japão, Alemanha, Reino Unido, França, Itália, Canadá e Rússia) entre outros, percebe-se uma distância entre países como a China que faz parte do BRICS juntamente com o Brasil, onde este é responsável por uma porção ínfima de pedidos de patentes. Figura 2.

Apesar da obrigatoriedade em aplicar recursos em P&D no setor elétrico, Lei 9.991/2000 e o alto valor aplicado pelas empresas, observa-se ainda um grande distanciamento com o número de patentes quando comparamos com outras empresas, figura 3, refletindo a falta de cultura em inovação, advindo ainda da ausência de competitividade. A Lei 10.848/2004 extinguiu a área de concessão, passando as empresas a competirem em leilão para entrada no mercado. O valor da menor tarifa define o ganhador. Não resta dúvida que as empresas precisarão inovar para não perecer.

Patentes requeridas pelo sistema PCT (Tratado de Cooperação de Patentes) em 2011. O gráfico abaixo mostra os pedidos registrados em cada escritório nacional, por inventores residentes



Fonte: 2012 PCT Yearly Review, editado pela Organização Mundial de Propriedade Intelectual (WIPO)

Figura 2 – Patentes requeridas pelo Tratado de Convenção de Paris- PCT

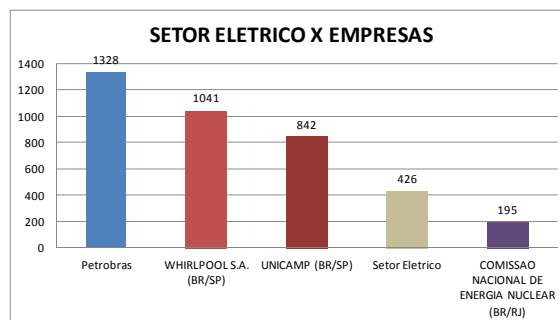


Figura 3 – Número de Patentes

Fonte INPI

2.1- A Inovação do Brasil Frente ao BRICs

O Brasil não tem um plano de inovação para manter o ritmo de crescimento em relação a Rússia, Índia e China, os países que formam os Brics, avalia o economista Marcos Troyjo, diretor do Bric-Lab, o laboratório de pesquisa sobre os Brics da Universidade de Columbia, nos Estados Unidos.

No seminário “Brazil Innovation: A revolution for the 21st century” (Inovação no Brasil: Uma revolução para o século 21), ocorrido no Rio de Janeiro em maio/2012, promovido pela revista britânica “The Economist” onde participaram investidores, empresários, membros de governos, universidades e organizações sem fins lucrativos para analisar os novos modelos de negócios, inovação e empreendedorismo, o economista Troyjo informou que conforme sua análise o Brasil, não poderá tornar-se uma sociedade tecnológica se mantiver investimentos de apenas 1% do PIB em desenvolvimento científico.

Segundo Troyjo, o Brasil precisa fazer uma “leitura melhor do mundo” e investir, pelo menos, 2,5% do seu PIB em pesquisas científicas. “O desafio que os Brics enfrentam como grupo é manter o ritmo da inovação. O Brasil está crescendo menos que os outros países do grupo em termos de inovação e tecnologia. O país tem todas as condições financeiras e vontade política para isso, mas não tem um plano. E para ter um plano é preciso fazer uma boa leitura do mundo. Não acho que o Brasil faça uma boa leitura do mundo”, e ainda afirmou: “O lado ruim disso tudo é que o Brasil poderá ter uma performance abaixo da esperada para outros países dos Brics. A inovação não é uma questão só de querer, mas de haver mecanismos de incentivo”, declarou e citou iniciativas que considera ser “interessantes” como o Programa de Aceleração do Crescimento- PAC iniciado no governo Lula, mas destacou que essa é apenas uma forma de compensar as demandas do passado no presente. “Isso é correr atrás do tempo e não olhar para o futuro. O Brasil tem de passar de uma sociedade criativa para uma sociedade inovadora”, disse.

Já o editor da revista “The Economist” para as Américas, Michael Reid, afirmou não haver dúvida de que tanto China quanto Brasil vão se tornar países desenvolvidos até 2050, mas será algo que não ocorrerá de forma linear, afirmou: “Dependerá muito, sobretudo no caso da China, que tem um regime político autoritário. Ela terá de ceder à pressão política e social para se abrir. Já no caso do Brasil, o desafio será de investir mais em educação e em infraestrutura, além de reformar o sistema político para que tenha um Estado mais eficiente com menor carga tributária”.

2.2- Ações de Governo para mudança do cenário de Inovação no Brasil

O Brasil tem atuado na busca da inovação isso percebido no planejamento integrado das políticas. Figura 4

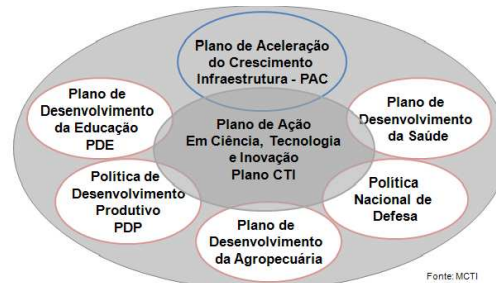


Figura 4 - Planejamento Integrado das Políticas de Inovação

Além das políticas para P&D+I, a própria cronologia entre os anos de 1969 a 2008, destaca esse crescimento: 1969-Decreto Lei FNDCT- Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, a partir desse decreto lei, foram criadas por lei 12 fundos setoriais; 1993- Lei 8.661 (PDTI/PDTA), foi um estímulo aos pesquisadores, às universidades e às empresas para participar do processo de inovação; 2000-Lei 9.991, obrigatoriedade de no mínimo de 1% da ROL ; 2004- Lei 10.973- Lei da inovação, estimula os pesquisadores, às universidades e às empresas a participar do processo de inovação; 2005- Lei 11.196- Lei do Bem, o capítulo III está voltada aos incentivos fiscais para inovação tecnológica, substituindo a Lei PDTI/PDTA; 2006- LC 123, incentiva a inovação tecnológica para microempresas e empresas de pequeno porte; 2008-Lei 11.774, amplia os incentivos à inovação tecnológica , incluindo as atividades de informática e automação.

Um ponto que merece destaque é a evolução da Lei 8.661/93, que incentivava as indústrias e agropecuária, chamada PDTI e PDTA, Plano de Desenvolvimento Tecnológico nas Indústrias e Agropecuária respectivamente, a investirem em P&D sem se preocupar com inovação, isso mudou a partir da Lei 11.196/2005. Os benefícios da Lei tende a mudar o cenário de inovação no país, refletindo no aumento de competitividade bem como independência tecnológica. No Brasil, antes de vigorar a Lei do Bem, a política pública contrariava a tendência de grande parte dos países desenvolvidos ou em desenvolvimento que investem grandes quantias em pesquisa. Além disso, o

maior montante investido pelo Brasil não ia para as empresas, mas para universidades que esbarravam nas pendências burocráticas para utilizar esse dinheiro. Em 2005, com a Lei, instituiu-se no Brasil um modelo de incentivo fiscal à pesquisa, que procurava corrigir a distorção da pesquisa ser originária de entidades públicas e dependente da burocracia típica do estado brasileiro, incentivando que a inovação aconteça de forma mais eficiente.

3.0 - INCENTIVOS DIRETOS E INDIRETOS A INOVAÇÃO

Diante do planejamento global de desenvolvimento de incentivos e benefícios para empresários, pesquisadores e até mesmo empresas de pequeno, médio e grande porte, o Governo Federal apresentou novas regras para auxiliar no desenvolvimento e aperfeiçoamento de pesquisas e criação de tecnologias inovadoras que coloquem o país em um patamar tecnológico compatível com suas necessidades atuais e futuras.

Os incentivos do Governo Federal à inovação tecnológica se concentraram basicamente em quatro âmbitos distintos: 1) incentivos de ordem fiscal, estimulando o investimento privado em atividades de pesquisa e desenvolvimento tecnológico; 2) incentivo à criação de parcerias público-privadas, buscando facilitar o desenvolvimento de projetos tecnológicos; 3) financiamento público ao desenvolvimento de projetos de inovação tecnológica, ampliando as linhas de crédito e oferecendo às empresas interessadas melhores condições de pagamento e 4) subvenção, parcial ou integral, de atividades desenvolvimentistas, desde que, submetidos à avaliação das entidades competentes, condizentes com os interesses nacionais.

3.1. Incentivos Diretos.

A Financiadora de Estudos e Projetos- FINEP disponibiliza recursos não reembolsáveis por meio de editais, sendo que 30% são disponíveis para serem aplicados na região Norte, Nordeste e Centro Oeste e 40% deverão ser utilizados para pequenas e médias empresas. Indiretamente a Lei 9.991/2000 pode ser considerada um incentivo direto haja vista ser criada para obrigar as empresas do setor elétrico a aplicarem recursos em P&D.

3.2- Incentivos Indiretos. Lei 11.196/2005 – “Lei do Bem”

No Brasil, os conceitos de inovação e desenvolvimento tecnológico seguiram, em parte, os globalmente utilizados. A Lei do Bem introduziu mecanismos de Incentivos fiscais às atividades de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação Tecnológica. A sua regulamentação se deu pelo Decreto nº 5.798/2006, representando um significativo avanço pelo fato de sua aplicação ser automática, ou seja, não depende de aprovação prévia por uma agência governamental (auto-aplicabilidade pelos contribuintes). Segundo a Lei, Inovação Tecnológica é: *“a concepção de novo produto ou processo de fabricação, bem como a agregação de novas funcionalidades ou características ao produto ou processo que implique melhorias incrementais e efetivo ganho de qualidade ou produtividade, resultando maior competitividade no mercado”*. A Figura 5 demonstra o fluxo de identificação de uma inovação tecnológica.

Para utilização do Lei do Bem, são considerados 5 conceitos: 1) Pesquisa Básica Dirigida: são os trabalhos executados com o objetivo de adquirir conhecimentos quanto à compreensão de novos fenômenos, com vistas ao desenvolvimento de produtos, processos ou sistemas inovadores; 2) Pesquisa Aplicada: são os trabalhos executados com o objetivo de adquirir novos conhecimentos, com vistas ao desenvolvimento ou aprimoramento de produtos, processos e sistemas; 3) Desenvolvimento Experimental: são os trabalhos sistemáticos delineados a partir de conhecimentos pré-existents, visando a comprovação ou demonstração da viabilidade técnica ou funcional de novos produtos, processos, sistemas e serviços ou, ainda, um evidente aperfeiçoamento dos já produzidos ou estabelecidos; 4) Atividades Tecnológica Industrial Básica: aferição e calibração de máquinas e equipamentos, o projeto e a confecção de instrumentos de medida específicos, a certificação de conformidade, inclusive os ensaios correspondente, a normalização ou a documentação técnica gerada e o patenteamento do produto ou processo desenvolvido e 5) Serviços de apoio técnico: são aqueles indispensáveis à implantação e à manutenção das instalações ou dos equipamentos destinados exclusivamente à execução dos projetos de pesquisa, desenvolvimento ou inovação tecnológica, bem como à capacitação dos recursos humanos a eles dedicados. A Figura 6 demonstra onde podem incidir os Incentivos Fiscais.

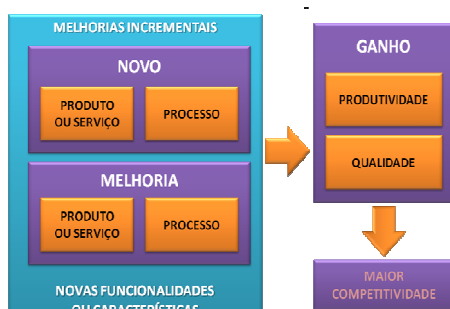


Figura 5 - Fluxo de identificação de uma inovação tecnológica.

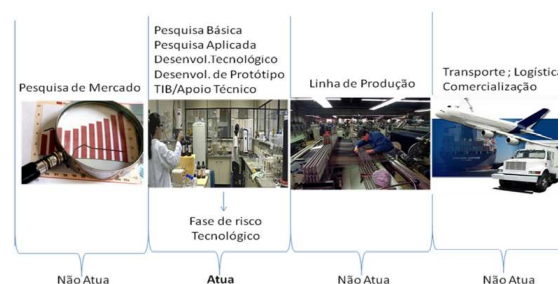


Figura 6 – Incidência de incentivos fiscais – Lei do Bem

A amplitude de inovação tecnológica engloba produto ou serviço novo para: empresa, mercado nacional e mercado mundial.

A Inovação Tecnológica classifica-se em 3 pontos: 1) Produto tecnologicamente novo (bem ou serviço industrial) – produto cujas características diferem significativamente de todos os produtos previamente produzidos pela empresa; 2) Melhoria incremental de produto (bem ou serviço industrial) – produto previamente existente, cujo desempenho foi substancialmente aumentado ou aperfeiçoado. Um produto simples pode ser aperfeiçoado (no sentido de se obter um melhor desempenho ou um menor custo) através da utilização de matérias primas ou componentes de maior rendimento; 3) Um produto complexo, com vários componentes ou subsistemas integrados, pode ser aperfeiçoado via mudanças parciais em um dos componentes ou subsistemas.

Segundo a Pintec 2008 a inovação classifica-se em: 1) Introdução de novo produto ou variação de produto já existente. Por exemplo, numa indústria alimentícia, o lançamento de uma versão *light* ou *diet* de um produto; 2) Criação de uma linha voltada para um segmento de mercado não explorado anteriormente. Por exemplo, uma indústria têxtil de artigos infantis que lança uma linha de roupas para adolescentes; 3) Aplicação de novos softwares que demande mudanças também no hardware ou que otimize a produção e/ou o produto.

A Lei do Bem permite (na realidade **oficializa**), a classificação, como despesas operacionais, de 100% do valor dos dispêndios com P&D+I realizados no período de apuração. Grande parte das empresas que optam pelo sistema de apuração do lucro real já fazem essa dedução normalmente.

Basicamente são 2 os principais Incentivos Fiscais da Lei do Bem: 1) Imposto de Renda de Pessoa Jurídica -IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido-CSLL. A Exclusão do lucro líquido (IRPJ e CSLL), equivale a 60% dos dispêndios com P&D, classificáveis como despesas operacionais pela legislação do IRPJ e caso a pessoa jurídica tenha incrementado em até 5% o número de pesquisadores no ano-calendário, esse exclusão será de 70%, podendo chegar em até 80% caso o incremento seja superior a 5%. Ressalta-se que ainda ter uma Exclusão complementar do IRPJ e CSLL de 20% dos dispêndios ou pagamentos vinculados a pesquisa tecnológica e desenvolvimento se a inovação objeto de patente for concedida. Este incentivo de dedução de 160% a 200% é o mais importante de todos os incluídos na MP 255, em termos de redução de custos de P&D+I, porém, só pode ser usufruído por empresas lucrativas, e que optem pelo regime de lucro real. Para estas, os dispêndios com P&D+I poderão ser recuperados em até 20,4% a 34% do total, quando comparados com outros dispêndios não incentivados. Com relação à dedução dos 20% dos dispêndios nos projetos que resultem em patente, deve-se levar em conta que essa dedução só poderá ocorrer quando a patente for concedida, o que poderá levar mais de 5 a 10 anos. Portanto a dedução total pode chegar a 200%.

Uma das grandes vantagens da substituição da PDTI/PDTA pela Lei do Bem foi a eliminação da obrigatoriedade de apresentação prévia dos projetos para aprovação do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação-MCTI para dedução passando ser automática, porém não comprovar, não significa não controlar e deve-se sempre ficar atento para as auditorias e não deixar de fazer o Livro de Apuração de Lucro Real - LALUR

Além dos incentivos citados acima 4 merecem destaque: 1) Redução de 50% do Imposto sobre o Produto Industrializado-IPI de equipamentos, máquinas, aparelhos e instrumentos, bem como os acessórios sobressalentes e ferramentas que acompanhem esses bens, destinados à pesquisa e ao desenvolvimento tecnológico. (mercado nacional ou importação); 2) Depreciação ou Amortização Acelerada de 100% no ano de aquisição de equipamentos a serem utilizados, exclusivamente, na área de P&D; 3) IRRF sobre Marcas, Patentes e Cultivares, redução a 0% do IRRF nas remessas efetuadas para o exterior destinadas ao registro e manutenção de marcas, patente e cultivares. e 4) Inclusão de Empresas TI e TCI (Lei 11.774/08), possibilitando a exclusão de 60% - 80% dos dispêndios com P&D das empresas de Tecnologia da Informação e Comunicação (Lei 8.248/91).

A utilização dos Benefícios da Lei do Bem está condicionada a existência de lucro tributável, não podendo gerar prejuízo fiscal e/ou base negativa da CSLL. A dedução de 60% a 80% recai somente sobre os dispêndios pagos a pessoas físicas ou jurídicas residentes e domiciliadas no País. O envio do relatório ao MCTI para utilização dos benefícios deverá ser até 31 de julho do ano subsequente de cada exercício fiscal.

O grande marco para a utilização dos benefícios da Lei do Bem foi em 2011 com a publicação da Instrução Normativa da Receita Federal – RF- IN 1.187, onde foi definido diversos pontos para serem considerados ou não como dispêndios para efeito de dedução.

O art. 2º define que não será considerado como dispêndio para fins de incentivo, os trabalhos de coordenação e acompanhamento administrativo e financeiro dos projetos de P&D, nas suas diversas fases e gastos com pessoal na prestação de serviços indiretos nos projetos de P&D, tais como serviços de biblioteca e documentação. Não poderão também ser incluídos no cálculo do benefício fiscal, os dispêndios relacionados a coordenação e acompanhamento dos projetos, tais como: PMO, secretárias, serviços administrativos, financeiros etc. O art.3º estabelece que a pessoa jurídica deverá elaborar projeto de pesquisa tecnológica e desenvolvimento de inovação tecnológica, com controle analítico dos custos e despesas integrantes para cada projeto incentivado. Na alocação de custos ao projeto de pesquisa tecnológica e desenvolvimento de inovação tecnológica, a pessoa jurídica deverá utilizar critérios uniformes e consistentes ao longo do tempo, registrando de forma detalhada e individualizada os

dispêndios, inclusive: I - as horas dedicadas, trabalhos desenvolvidos e os custos respectivos de cada pesquisador por projeto incentivado e II - as horas dedicadas, trabalhos desenvolvidos e os custos respectivos de cada funcionário de apoio técnico por projeto incentivado.

O art. 4º estabelece que os dispêndios com serviços de terceiros, tais como laboratoriais, testes, contratados com outra pessoa jurídica serão dedutíveis para o incentivo, desde que não se caracterizem transferência de execução da pesquisa, ainda que parcialmente, no mesmo artigo, fica estabelecido que os encargos de depreciação ou amortização de bens destinados à utilização nas atividades de P&D NÃO serão considerados dispêndios para efeito do incentivo.

Destaca-se na IN 1.187/1 art. 5º, para efeito de dedução, os dispêndios com despesa operacional como os salários e os encargos sociais e trabalhistas de pesquisadores e de pessoal de prestação de serviço, bem como suas capacitações, porém, NÃO serão considerados como dispêndio para fins de incentivo os valores pagos a título de remuneração indireta e gastos com pessoal de serviços auxiliares, ainda que relacionados com atividades de P&D, inclusive despesas dos departamentos de gestão administrativa e financeira, de segurança, limpeza, manutenção, aluguel e refeitórios.

Ainda no at. 5º da IN, fica estabelecido que poderão ser considerados como dispêndios os custos com pesquisadores contratados pela pessoa jurídica, sem dedicação exclusiva, desde que conste expressamente em seu contrato de trabalho o desempenho como pesquisador em atividades de P&D e a empresa possua, para o projeto incentivado, controle de atividades desenvolvidas e respectivas horas trabalhadas, porém para fins do cálculo do incremento do número de pesquisadores contratados, serão considerados apenas os pesquisadores com dedicação exclusiva em projeto de pesquisa explorado diretamente pela própria pessoa jurídica, e beneficiados pelo incentivo fiscal de que trata esta Instrução Normativa, para este incremento, poderão ser considerados empregados já contratados pela empresa, não atuantes em projeto de pesquisa tecnológica e desenvolvimento de inovação tecnológica, que mediante alteração de seus contratos de trabalho, passem a exercer exclusivamente a função de pesquisador em projeto de pesquisa tecnológica e desenvolvimento de inovação tecnológica da pessoa jurídica incentivado.

Uma condicionante para utilização dos benefícios da Lei do Bem é a Certidão Negativa de Débito (CND) ou Certidão Positiva de Débito com Efeitos de Negativa (CND-EN), válida referente aos 02 semestres do ano-calendário em que fizer o uso dos benefícios. Outro ponto a destacar é a Portaria 426 de da Receita Federal de 30/08/2011, onde fica estabelecido que os créditos de IRRF sobre royalties, de assistência técnica ou científica e de serviços especializados, previstos em contratos de transferência de tecnologia averbados será efetuado mediante a comprovação do recolhimento do IRRF (DARF) e declaração emitida pelo INPI, sobre a averbação do contrato, bem como comprovante de prestação ao MCTI de informações anuais sobre os projetos de pesquisa. Reconhecido o direito ao crédito, a importância será paga, por meio de Ordem Bancária (OB) emitida em favor da pessoa jurídica titular do crédito. O Desenvolvimento de um projeto de Inovação Tecnológica é demonstrado na Figura 7.

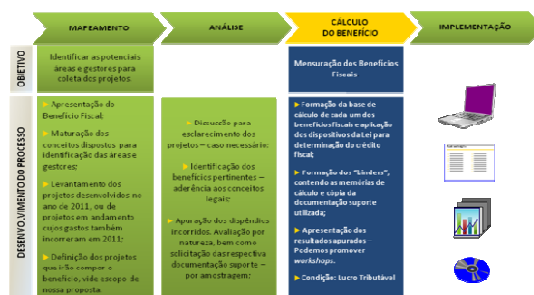


Figura 7 - Desenvolvimento de um projeto de Inovação Tecnológica

4.0 - RELATÓRIO ANUAL DA UTILIZAÇÃO DOS INCENTIVOS FISCAIS, ANO BASE 2011 DO MCTI.

O comportamento das empresas cadastradas no MCTI/ano que declararam ter usufruído dos incentivos fiscais e o número real de empresas classificadas/ano, após verificação do MCTI das informações prestadas nos formulários das empresas está demonstrado na figura 8. Observa-se que no período de 2006 a 2011, o número de empresas que aderiram ao programa de incentivos fiscais às atividades de pesquisa tecnológica e desenvolvimento de inovação tecnológica vem crescendo ano a ano, cujas linhas de projeções comprovam de forma absoluta estas evoluções. Esse cenário poderia ser melhor se as empresas participassem de forma mais assídua, considerando que, no período de 2006 a 2011, um total 1.475 empresas (sem repetição) participaram da Lei do Bem, somente 46 empresas marcaram presença em todos os anos representando apenas 3% do total.

No ano fiscal de 2011, o MCTI registrou o recebimento de 962 formulários de pessoas jurídicas que declararam ter usufruído dos incentivos fiscais constantes do Capítulo III da Lei do Bem, significando um aumento aproximado de 10% em relação ao ano de 2010, quando 875 empresas preencheram os formulários exigidos pela referida Lei. Ressalta-se que a demanda bruta das 962 empresas indicaram investimentos totais em P&D+I, no valor de R\$8,5

bilhões (valor bruto) e usufruto de incentivos fiscais (renúncia fiscal) no montante de R\$1,6 bilhão, que após análise da equipe técnica do MCTI os resultados reais computados e consolidados encontram-se na Figura 9.

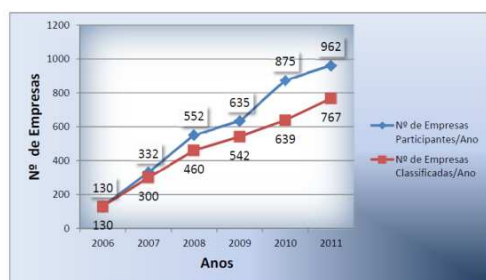


Figura 8 – Número de Empresas Participantes Classificadas

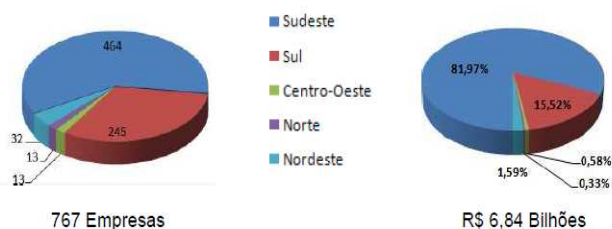


Figura 9 – Resultados reais computados

A figura 10 apresenta uma visão global da distribuição geográfica do número de empresas que se beneficiaram com a Lei do Bem. Destaca-se que a Eletronorte figura entre as 3 empresas beneficiadas no Distrito Federal, sendo esta a única do setor elétrico, cuja sede localiza-se em Brasília, que é a responsável pelo envio dos formulários ao MCTI de todas as inovações geradas na empresa.

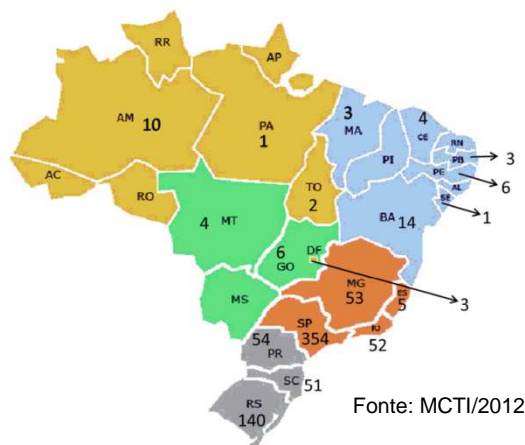


Figura 10 – Empresas que se beneficiaram com a Lei do Bem

5.0 - UTILIZAÇÃO DA LEI DO BEM PELA ELETRONORTE

A Eletronorte por meio do Prêmio Muiraquitã Tecnológica, incentiva seus empregados a inovarem em seus produtos e processos, sendo a base uma metodologia denominada Manutenção Produtividade Total-TPM que tem como princípio a eliminação de perdas, esses pontos contribuíram para um aumento considerável de pedidos de patentes junto ao Instituto Nacional de Propriedade Industrial, onde a empresa pulou de 1 pedido em 1999, para 48 em 2013. A grande maioria, 37 dos pedidos de patente é resultado das inovações nas plantas pelos os empregados. Denominamos inovação, pois, impactaram diretamente em nossos processos produtivos, ou seja, somos o mercado, porém, apesar de um expressivo número de inovações principalmente entre os períodos de 2005 a 2013, a falta de conhecimento em elaboração de projetos para serem enquadrados, ausência de uma consultoria bem como o fato da Eletronorte nesse período só obter lucro em 2011, contribuíram para que o recurso dos investimentos em P&D e inovações produzidas mesmo sendo um número expressivo, só fosse beneficiado com a Lei do Bem em 2012, ano base 2011.

Foram considerados 24 projetos para serem utilizados na Lei do Bem, cujos dispêndios foram realizados em 2011, sendo 23 de P&D – R\$ 8.560.515,08 e 1 Projeto denominado inovador– R\$ 2.217.755,97, totalizando R\$10.778.271,05. A base de dedução foi de 60% (R\$6.466.962,60), onde foi aplicado 25% para abatimento no IPRJ e 9% para a CSLL. Em 2011 foi pago pela Eletronorte de IR, R\$62.591.193,10 e de CSLL, R\$15.283.209,29 sendo a dedução de R\$1.616.740,60 de R\$582.0265% respectivamente após a aplicação da Lei do Bem. Foram considerados 4 itens para abatimento: 1) mão de obra; 2) diárias e passagens aéreas; 3)materiais e 4) software aplicado no processo.

O valor considerado para MO (R\$2.225.966,65) corresponde a R\$284.261,02 para P&D e R\$1.993.494,95 para o projeto Inovador. Nesse contexto destaca-se que o projeto considerado inovador “Capacitação e Treinamento para operação e manutenção de subestações coletora” foi aplicado o que pode ser considerado como dispêndio na IN 1.187/2011 art. 5º “para efeito de dedução, os dispêndios com despesa operacional como os salários e os encargos sociais e trabalhistas de pesquisadores e de pessoal de prestação de serviço, bem como suas capacitações”.

A Eletronorte é a única das empresas Eletrobras a utilizar os benefícios da Lei do Bem, apesar de outras possuírem essa condição há mais tempo. O valor recuperado em 2012 pode ser ainda maior, para isso passamos a fazer a partir de 2012 uma gestão direta dos projetos inovadores desenvolvidos em nossa empresa.

6.0 - CONCLUSÃO

Ao longo deste estudo procurou-se problematizar os esforços do governo para o aumento da inovação com a criação de Leis de incentivo. No Brasil se pode concluir que: 1- apenas 767 empresas brasileiras foram beneficiadas em 2012 com o incentivo a inovação; 2- o desconhecimento da legislação por parte dos empresários, a falta de assessoria especializada, o medo do fisco, as dúvidas quanto à interpretação da Lei se constituem em fatores que contribuem diretamente para demora na decisão em utilizar o benefício; 3- Para mudança do panorama atual, apesar da usual resistência a novas regras, é necessária a intensa divulgação da Lei; 4- Fatores externos (?) se constituem em dificuldade na obtenção dos benefícios pelas companhias sem tratamento adequado do governo; 5- Para aumento da competitividade é necessário fomentar a inovação tecnológica dentro do país, independentemente da concepção do projeto inovador ser de um brasileiro ou de um estrangeiro; 6- Para empresas que pretendem conquistar os benefícios da Lei do Bem, ou outros incentivos fiscais para inovação tecnológica é necessário aquisição de conhecimento legislativo e contábil específico, para a viabilizar o usufruto dos benefícios das Leis; 7- É imprescindível que se faça um bom gerenciamento da utilização de inovação em produtos ou processos de fabricação das companhias; 8- Não se mostra efetivo apenas a criação de leis, para criação da cultura da inovação; 9- Embora a Lei 9.991/2000, estabeleça obrigatoriedade para investimento em P&D, trata-se apenas de insumo para inovação, visto que inovação é mercado, e para inovação é necessário que a pesquisa se transforme em produto que traga benefício para o consumidor; 10- Embora, desde 2012, se observe o crescimento do investimento em P&D, também está evidente a necessidade de transferência de responsabilidade de execução do projeto para as empresas; 11- apesar dos esforços do governo com a aprovação de leis com o objetivo de promover a inovação tecnológica (Leis 9.991/2000, Lei 10.973 /2004e Lei 11.196/2005), no setor elétrico apenas 3,9% das empresas se beneficiaram dos incentivos, sendo que 9,7% teriam a possibilidade, desde que dessem lucro; 12- Culturalmente existe a ideia pré concebida de que é caro se investir em inovação.

Em vista do exposto pode-se afirmar que no Brasil, já existe um número considerável de empresas de diversos segmentos que desenvolvem inovação tecnológica no seu dia- a- dia e assumem os custos inerentes a estes processos. Isto ocorre porque os segmentos em que isso ocorre são aqueles em que a inovação tecnológica está umbilicalmente ligada ao desenvolvimento de suas atividades no futuro. De maneira geral, porém, esta relação de Inovação X Continuidade das atividades está presente em maior ou menor extensão em todas as áreas da economia. As empresas que simplesmente alegam que a inovação é cara, dependendo do setor a que estão ligadas, sofrerão as consequências em um futuro próximo, quando tardiamente perceberem que a inovação é um investimento e não um custo para a empresa.

7.0 - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- (1) Lei de Incentivo a Pesquisa (PDTI /PDTA), LEI-8.661/93.
- (2) Lei de Propriedade Intelectual, LEI-9.279/1996
- (3) Lei de P&D do setor elétrico – LEI 9.991/2000
- (4) Lei de Inovação Tecnológica, LEI- 10.973/2004.
- (5) Lei do Bem – LEI- 11.196/2005
- (6) Instrução normativa da Receita Federal - IN 1.187/2011
- (7) Portaria 426 da Receita Federal de 30/08/2011
- (8) Banco de Dados de Patentes do Instituto Nacional de Propriedade Industrial – INPI
- (9) Seminário “Inovação no Brasil: Uma revolução para o século 21- RJ- maio de 2012
- (10) Relatório Anual da Utilização dos Incentivos Fiscais do MCTI - Ano Base 2010/2011
- (11) PCT Yearly Review, Editado pela Organização Mundial de Propriedade Intelectual (WIPO) – 2012
- (12) Grizendi, E -Incentivos Diretos e Indiretos à Inovação e a Subvenção Econômica – Softex maio/2012

8.0 - DADOS BIOGRÁFICOS



Neusa Maria Lobato Rodrigues, nascida em Abaetetuba – PA, em 02 de maio de 1957, trabalha na Eletrobras Eletronorte desde 1985. Formou-se em Engenharia Elétrica pela UFPA, é mestre em Engenharia da Energia pela UNIFEI, possui especializações em: Novo Ambiente Regulatório do Setor Elétrico - USP, e Gestão da Inovação Tecnológica- UNICAMP, além de MBA Executivo pela COPPEAD UFRJ. É Superintendente de Gestão da Inovação Tecnológica e Eficiência Energética na Eletrobras Eletronorte. Foi premiada em diversos eventos: 2005 – 2º Lugar no XVIII SNPTEE com o trabalho: “Programa Eletronorte de Propriedade Intelectual – PEPI.”; 2008 - 1º Lugar no XVIII SENDI com o trabalho: “Prêmio Muiraquitã de Inovação Tecnológica da Eletronorte - uma ação de incentivo à criatividade e inovação.”; 2009 – 3º Lugar no XX SNPTEE com o trabalho: “Inovar ou Perecer – Um Grande Desafio para a sobrevivência das Empresas.”.